

1

Introdução

A identificação e paixão pelo tema da permanência de alunos pobres no ensino superior, investigado nessa dissertação, vão para além das inquietações profissionais construídas no cotidiano. Abrange as motivações da experiência vivida como aluno da UNIGRANRIO bolsista do PROUNI, tendo ingressado na graduação em 2007 no Curso de Serviço Social e concluído em 2010.

O interesse por estudar esse tema surgiu a partir da minha inserção quando era estagiário no Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa em Política Social e Serviço Social - LEEPPSSS da UNIGRANRIO. Nesse campo de estágio realizava-se atendimento individualizado aos beneficiários do PROUNI atendidos pelos profissionais de Serviço Social da instituição. As inquietações e indagações oriundas dessa experiência de estágio resultaram no tema do meu trabalho de conclusão de curso da graduação em Serviço Social, intitulado: PROUNI: Política Pública ou Jogo Político? Reflexões sobre os limites e as possibilidades no acesso e permanência ao Ensino Superior por alunos bolsistas do Curso de Pedagogia da UNIGRANRIO.

Tendo terminado a graduação em Serviço Social, retorno a UNIGRANRIO em 2011 como assistente social do LEEPPSSS onde o público alvo atendido são discentes beneficiários do PROUNI regularmente matriculados na universidade. Após dois anos atuando nesse espaço sócio institucional, me senti instigado e desafiado para amadurecer o debate e a reflexão sobre essa temática.

Em 2013, ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, com a proposta de aprofundar o estudo sobre a permanência dos beneficiários do PROUNI em uma Instituição de Ensino Superior Privada, tendo em vista, que já se passaram 9 (nove) anos que a instituição aderiu a esse programa e que o número de ingressantes no ensino superior via o PROUNI aumenta a cada ano¹.

Este estudo tem por objetivo analisar a perspectiva dos beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, identificando os pontos positivos e frágeis do programa no que se refere ao processo de permanência. Analisando a sua visão,

¹ Em 2005, ano que o PROUNI foi implementado, foi registrado o quantitativo de 112. 275 mil bolsas de estudo. Após nove anos houve o aumento de 140. 099 bolsas ofertadas, registrando em 2013-última apuração - 252. 374 mil.

buscando identificar as principais dificuldades para permanência no ensino superior do programa de que são beneficiários.

O PROUNI é um programa do Ministério da Educação (MEC), criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei N. 11.096² de 13 de janeiro de 2005, sancionada pelo então presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva.

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2005/11096.htm>. Acesso em: 22 jun.2014).

O PROUNI tem como finalidade possibilitar o acesso a Educação Superior através da reserva de vagas seguindo critérios sociais e raciais na concessão de bolsas de estudo parciais (50% e 25%) e integrais (100%), a estudantes brasileiros de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, sem diploma de nível superior, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

De acordo com o site do PROUNI, o programa é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, estudantes com deficiência, professores da rede pública de ensino do quadro permanente que concorrerem a cursos de licenciatura, nesse caso não é necessário comprovar renda. Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda familiar per capita bruta mensal³, por pessoa, de até um salário mínimo e meio - R\$ 1182,00, tendo por base o atual salário mínimo vigente. Para as bolsas parciais a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Um dos critérios para concorrer à bolsa do PROUNI é ter realizado o ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio e ter obtido no mínimo 450 pontos na média das notas do Exame. É preciso, ainda, ter obtido nota acima de zero na redação.

O PROUNI somado a outras iniciativas como: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007), o Fundo de

² A Lei nº 11.096 - DE 13 DE JANEIRO DE 2005 institui o Programa Universidade para Todos - ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

³ A renda familiar per capita bruta consiste no somatório da renda individual de todos os moradores do mesmo domicílio. E é calculada dividindo-se o total de renda pelo número de moradores do domicílio.

Financiamento Estudantil – FIES (1999), as políticas de expansão e interiorização na criação de novos campi e novas universidades federais, o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (2008) e a Lei nº 12.711 de 2012 que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia, representam as iniciativas do Estado para ampliar o acesso ao ensino superior.

Segundo o Plano Nacional de Educação⁴– PNE, a implementação do PROUNI, somada a outros investimentos que buscam a ampliação de vagas no ensino superior, já enumerados acima, pretende interiorizar a educação e combater às desigualdades, ampliando significativamente o número de vagas na educação superior, constituindo ações que vão ao encontro com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

A proposta do PNE 2011-2020 apresenta grandes desafios que estão relacionados à: promoção e expansão com qualidade da educação superior; implantação de uma efetiva política de democratização; promoção e equilíbrio entre a oferta de educação superior pública e privada; garantia da expansão que atenda as necessidades regionais e nacionais de desenvolvimento social, econômico e cultural; promoção do equilíbrio regional e estadual na oferta de educação superior.

O PROUNI, como uma dessas medidas de expansão de vagas no ensino superior, por meio do discurso oficial do governo, consiste em uma política de democratização do acesso ao ensino superior, mas alguns críticos do programa o definem como: um atendimento aos interesses das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do país, firmando com isso uma tendência à privatização do ensino superior em detrimento da ampliação de vagas ou de investimento da qualidade do ensino superior público, como (Catani e Golioli, 2005, p. 55) afirmam:

O Programa parece tentar aliar cidadania e privatização. Acaba fortalecendo ainda mais as IES privadas – pois expande o segmento através do aumento do número de matrículas (ao invés de

⁴O Plano Nacional de Educação – PNE criado para vigorar de 2011 a 2020 prevê elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional. A proposta é aumentar a escolaridade dos trabalhadores brasileiros. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/?pagina=conhecendo_pne. Acesso em 25 de julho de 2014.

fazê-lo prioritariamente no setor público, conforme determinava o PNE) – e alimenta a mercantilização da educação superior.

Para cumprir a meta do PNE o foco torna-se exclusivamente o acesso e não a permanência desse aluno no ensino superior, como será abordado ao longo desse estudo.

Ao questionar e refletir sobre o programa cabe problematizar que as camadas de baixa renda não necessitam apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários e bolsas de trabalho e pesquisa, como previsto no Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES⁵. Menezes (2012) na sua dissertação de mestrado pontua que o PNAES, especificamente na UFRJ, campo empírico da sua pesquisa, não dá conta das necessidades dos estudantes da classe trabalhadora. Segundo a autora:

Embora a assistência estudantil tenha a intenção de ser inclusiva e busque igualdade de oportunidades para a conclusão do curso superior, não me parece que essa igualdade possa ser alcançada somente com ações ou mesmo com políticas de assistência estudantil, já que existem defasagens educacionais e culturais que interferem negativamente na trajetória acadêmica do estudante. Para transpor esses obstáculos seriam necessários investimentos em outros segmentos da educação no sentido que estes tenham maior efetividade. Não há como, somente na educação superior, se suprir defasagens e buscar igualdade onde há tantas dificuldades a serem superadas. (MENEZES, Simone C. Assistência Estudantil na Educação Superior Pública: O programa de bolsas implementados pela UFRJ. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, 2012, p.73).

A democratização do acesso ao ensino superior está prevista no PNE, porém ela não pode se efetivar somente pelo acesso, mas deve ser potencializada por mecanismos que invistam na permanência dos alunos, necessitando de novos instrumentos para de fato haver possibilidades de transformação da realidade apresentada. É imprescindível ampliar a dimensão de abrangência da política educacional em um todo, pois para

⁵O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) criado em 2008 com o objetivo de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior e viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content. Acesso em 25 de Julho de 2014.

pensar o avanço da mesma se faz necessário, um projeto que inclua todos os níveis de ensino, com qualidade e eficácia.

Retomando a reflexão em torno do acesso ao ensino superior pelo PROUNI, destaco que uma das críticas em relação ao referido programa deve-se ao fato da concessão de bolsas serem oferecidas pelas IES privadas, ao invés de ampliar-se o investimento nas universidades públicas. Mancebo (2004) ao abordar essa questão afirma que a concessão de bolsas em IES privadas e filantrópicas é complementar – e não antagônica – à universidade pública. Assim, o que está em jogo não é o ‘afastamento’ da ação estatal, e sim sua reconfiguração quanto à oferta do ensino superior. Sendo assim, temos o PROUNI, como um programa que busca ampliar as vagas no ensino superior. Não é uma questão de substituição ou competição, mas sim uma alternativa complementar em resposta a desigualdade de acesso ao ensino superior.

Outra crítica acerca da criação do PROUNI refere-se ao financiamento público das instituições privadas de ensino superior que ao conceder bolsas de estudos, garantem em troca alguns benefícios fiscais⁶. Contrapondo essa crítica, Corbucci (2004) afirma que o PROUNI, constitui uma iniciativa, ainda que tímida, de redistribuição indireta da renda, ao transferir recursos de isenção fiscal a estratos populacionais mais pobres, já que tais recursos, caso fossem arrecadados, não beneficiariam necessariamente esses grupos sociais. Esse recurso permite atender aos interesses de uma camada da população que dificilmente teria acesso ao ensino superior público diante do filtro dos vestibulares.

Não se trata de um novo recurso criado no governo Lula, visto que desde o regime militar, as instituições privadas contavam com incentivos e benefícios fiscais, conforme aponta Carvalho e Lopreato (2005) “a Constituição Federal de 1967 já determinava a não incidência de impostos sobre a renda, patrimônio e os serviços dos estabelecimentos de ensino superior de qualquer natureza”. Além disso, as instituições de ensino superior privadas sem fins lucrativos gozaram de isenção fiscal sem nenhuma fiscalização do Poder Público durante anos.

Com o PROUNI as instituições de ensino superior que aderiram ao programa, devem ser fiscalizadas e com isso, o programa acaba tornando-se um instrumento significativo de fiscalização das instituições privadas. Este mecanismo de fiscalização é

⁶ As instituições de ensino que aderem ao PROUNI se beneficiam com a isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

essencial em um país, onde empresários transformam educação em mercadoria, depreciando a qualidade da educação em troca de lucro.

Segundo Frauches e Fagundes (2007) no que tange à fiscalização das instituições que aderiram ao PROUNI, destaca-se a exigência de apresentação semestral ao MEC de controle de frequência mínima obrigatória dos bolsistas, aproveitamento no curso e controle de evasão de alunos dos cursos e respectivos turnos. Os autores destacam ainda que a certificação digital⁷ auxilia na apresentação de documentos e fiscalização das instituições de ensino credenciadas. Sendo assim, o PROUNI acaba propiciando um maior controle das instituições de ensino superior que recebem isenção de impostos com base no número de bolsas de estudos declaradas por ela e constante comprovação.

Entretanto, o PROUNI apesar de ter surgido com um discurso voltado para o ingresso de grupos sociais sem chances efetivas de ter acesso ao universo do ensino superior apresenta fragilidades que podem implicar diretamente na conclusão do ensino superior do seu beneficiário. Um exemplo dessa situação é a falta de condições que garantam a permanência do aluno até a obtenção do diploma, ao mesmo tempo em que o programa possibilita condições de acesso a grupos menos favorecidos, os quais se encontram à margem do processo da garantia de direitos, frente ao exercício da equidade social. Desta forma aponto inicialmente a dualidade que permeia a reflexão em torno do PROUNI.

Pode-se perceber que há um antagonismo quando a questão é a dualidade do PROUNI, ora visto como uma política pública eficaz, ora como um mecanismo do Estado que por meio de renúncias fiscais às Instituições de Ensino Superior privadas visa o preenchimento de vagas no setor privado. Diante desse cenário temos o PROUNI sendo reconhecido por uma parcela da população como a grande alternativa de ingresso na educação superior, e por outro lado, uma parcela da população que aponta o programa como uma grande estratégia do governo de fortalecer o setor educacional privado.

A implantação do PROUNI promove vários questionamentos quer seja no âmbito da aplicação da ação afirmativa em si, amarrado num discurso de queda da qualidade da formação profissional pela matrícula de alunos oriundos de reserva de

⁷ O acesso ao Sistema do Prouni - Sisprouni é realizado, exclusivamente, com a utilização de certificados digitais emitidos no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Devem ser utilizados certificados da mantenedora da instituição de ensino superior) e dos Coordenadores do Prouni/Representantes. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=144&Itemid=150. Acesso em: 22 de agosto de 2014.

vagas sem levar em conta um critério meritocrático, quer seja do próprio processo de ampliação de vagas na educação superior por meio de instituição privada sem a devida expansão de vagas no setor público.

Ao propor uma reflexão sobre o PROUNI aponto que o mesmo foi criado como política de ação afirmativa, com o objetivo de ser um mediador no processo histórico, no antagonismo de oportunidades, no que permeia a questão do ingresso no ensino superior. O PROUNI surge como um marco significativo na luta pela consolidação de políticas de ação afirmativa no campo da educação superior.

A questão é saber se hoje, uma proposta deste tipo é capaz de dar conta da estruturação de mecanismos que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos alunos: negros, indígenas, de baixa renda e de outros grupos.

A presente pesquisa acerca dos limites e possibilidades para a permanência dos estudantes beneficiários do PROUNI ingressantes no curso de Serviço Social de uma Instituição de Ensino Superior privada – UNIGRANRIO - localizada no município de Duque de Caxias na Baixada Fluminense⁸, pretende identificar os pontos positivos e os pontos frágeis desse programa no que se refere ao processo de permanência.

Para isto entrevistou-se os estudantes de graduação do curso de Serviço Social beneficiários do PROUNI que ingressaram na UNIGRANRIO no primeiro semestre de 2011, e conforme a grade curricular da IES, que determina oito semestres de formação, deveriam ter concluído a graduação no segundo semestre de 2014. Utilizou-se a metodologia quantitativa-qualitativa, por meio da aplicação de um questionário com perguntas fechadas para o levantamento do perfil socioeconômico desse aluno. Também foram realizadas entrevistas semi estruturadas, com um roteiro previamente estruturado visando obter informações sobre o ingresso e a trajetória acadêmica desses alunos no ensino superior.

Para os beneficiários do PROUNI o programa trata-se de uma excelente oportunidade de acesso ao Ensino Superior, uma “porta de entrada” no universo

⁸Segundo o IBGE (2010), a Baixada Fluminense tem 3,7 milhões de habitantes divididos em 13 municípios – Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, Japeri, Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Magé, Guapimirim e Queimados. O PIB da região é de R\$ 42 bilhões, o que representa 15,4% do PIB de todo o estado do Rio de Janeiro. A Baixada Fluminense exerce um papel de periferia e área de expansão da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=330170>. Acesso em: 22 de jun. de 2014.

acadêmico, mas que não garante a conclusão da graduação, uma vez seu foco não é a permanência desse aluno até o término do ensino superior, o que pode ocasionar um aumento significativo nas taxas de evasão no ensino superior.

Mediante ao que foi exposto até esse momento, vejo a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre esses alunos beneficiários do PROUNI. Para esses alunos, a questão não é só o acesso ao ensino superior, espaço considerado de elite, mas também a permanência. Quando um estudante oriundo de camadas populares consegue ingressar em uma universidade através do PROUNI, na condição de bolsista integral, está isento do pagamento da mensalidade. Mas e o gasto com material didático? O custo no deslocamento para chegar até a instituição? E à alimentação? Será que esse aluno conseguirá manter-se durante os quatro anos ou mais, dependendo de seu curso, pagando todo o resto que lhe falta? Ou ele irá trabalhar e dividir seu tempo entre o estudo e o trabalho, podendo prejudicar seu desempenho acadêmico?

O PROUNI consiste em um programa voltado para o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, mas que não propõe uma ação de permanência, caso o estudante não apresente condições de se manter na graduação, atendendo aos critérios de elegibilidade do programa como: frequência mínima de 75% nas aulas e desempenho acadêmico superior a 75%. Esse aluno acabará trancando a matrícula ou abandonando a graduação, elevando os índices de evasão e provocando sentimento de frustração nos alunos e seus familiares. Infelizmente para muitos essa é uma realidade.

A presente pesquisa é de relevância acadêmica e institucional, ao trazer elementos que contribuam especialmente com os gestores do PROUNI, na elaboração de estratégias e propostas voltadas para o acompanhamento do discente bolsista. Propostas que busquem a viabilização de condições de permanência no ensino superior.

Neste estudo pretende-se levantar algumas das condições iniciais da vida universitária dos alunos bolsistas do PROUNI e ao mesmo tempo levantar questões que devem ser objeto da reflexão de professores e gestores.

Ressalto ainda que a pesquisa apresenta também uma relevância social ao propor uma reflexão do PROUNI por meio da visão dos beneficiários do programa, especialmente por este estudante ser o próprio sujeito do programa, trazendo assim um “olhar de dentro”.